



FÓRUM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PME

O EMPREENDEDORISMO COMO MARCO SOLIDÁRIO NA ESFERA DO DESENVOLVIMENTO

ENTREPRENEURSHIP AS ACTION FOR SOLIDARITY IN THE SPHERE OF DEVELOPMENT

Fernando Gomes de Paiva Jr, Dr.

Universidade Federal de Pernambuco -UFPE

fernando.paivajr@gmail.com

José Roberto Ferreira Guerra

Universidade Federal de Pernambuco

j.roberto.guerra@gmail.com

RESUMO

O propósito deste fórum reside em compreender o papel do empreendedorismo nas ações adotadas pela sociedade civil e pelo governo em seus vários níveis de promoção do desenvolvimento. Os artigos selecionados estão agrupados em torno de dois eixos temáticos: *Empreendedorismo social e governança* e *Empreendedorismo público e ações estatais*. O conjunto dos estudos debate a necessidade de mudanças conceituais em abordagens tradicionais que analisam o tema segundo uma postura racionalista e individualista com uma preocupação limitada do desenvolvimento social e econômico. Focando a atenção sobre o empreendedorismo como componente indutor do desenvolvimento social e da cidadania colaborativa, eles trazem novo vigor para a discussão da dimensão humana do conceito.

Palavras-chave: Empreendedorismo social; Empreendedorismo público; Governança; Desenvolvimento; Cidadania.

ABSTRACT

The purpose of this forum is to understand the role of entrepreneurship in action taken by civil society and by government in its various levels to promote development. The articles selected are grouped around two themes: *Social Entrepreneurship and governance*, and *Public entrepreneurship and governmental action*. These studies, taken as a whole, argue the need for conceptual changes in traditional approaches that study the subject from a rationalistic, individualistic stance with a more narrow concern with social and economic development. Focusing attention on entrepreneurship as a component for inducing social development and collaborative citizenship, they bring new vigor to the discussion of the human dimension of the concept.

Keywords: Social entrepreneurship; Public entrepreneurship; Governance; Development; Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

Uma interação mais complexa e interdependente entre focos dispersos de produção, circulação e consumo tem firmado a concepção de globalização como novo regime de produção do espaço e do tempo. Além da inclinação para se enfraquecer as diferenças culturais em prol de uma cultura das grandes áreas transnacionais, a ordem capitalista global tem, sistematicamente, produzido desigualdades de recursos e poder, formas de sociabilidade empobrecidas e a exploração predatória de recursos naturais. Tal realidade nos convida a refletir acerca de até que momento essas dimensões podem se [re]significar num marco simbiótico condutor dos atores implicados nessa trama, como os empreendedores, a um estado de desenvolvimento estrutural que contemple as áreas econômica, sócio-cultural, política e natural.

Em relação ao desenvolvimento local, Tenório (2007) afirma que os problemas socioeconômicos não devem ser resolvidos a partir de uma ação unilateral do Estado, devendo os cidadãos participar dos processos políticos desde a identificação do problema, a formulação e o controle. Isso deve ocorrer para que o projeto de desenvolvimento esteja de acordo com os sistemas de valores e normas da sociedade em questão, para que assim possa funcionar de maneira eficiente. Com o fracasso das abordagens macroestruturais que elaboravam planos de desenvolvimento em âmbito nacional e regional visando minimizar a desigualdade, a concentração de poder e a insuficiência dos mecanismos de democracia representativa, começou-se a discutir sobre o desenvolvimento local.

Nesse contexto, perguntas como “quem é o empreendedor?” ou “o que é empreendedorismo?” ainda demandam esforços acadêmicos para serem respondidas. No entanto, a investigação sobre o tema ainda [re]produz conceitos hegemônicos e reforça a concepção norte-americana do empreendedorismo solitário protagonizado pelo empreendedor super-herói (OGBOR, 2000). Atualmente, o Empreendedorismo é a palavra de ordem quando são colocados lado a lado temas como globalização, desenvolvimento, mercado e inovação.

As mudanças vivenciadas no âmbito tecnológico, econômico, social, político e cultural, a partir da segunda metade do século XX vêm modificando o cenário da vida humana e instituindo a sensação de transformação de uma era. A incorporação das tecnologias de comunicação e informação (TIC) no cotidiano social tem alterado o escopo e a dinâmica da sociedade contemporânea ao globalizar mercados, modificar a noção de espaço-tempo e permitir a troca quase que instantânea de informações entre pessoas situadas em diferentes partes do globo. Não obstante, a incorporação de tais tecnologias no cenário social vem esfumando as fronteiras territoriais e acelerando o ritmo de nossas vidas, como mecanismo da sedimentação do capitalismo globalizado. Diante da conexão promovida pela Internet, os indivíduos encontram-se cada vez mais interligados, construindo uma nova morfologia social: a sociedade em rede (CASTELLS, 2007).

Podemos destacar, então, a urgência de se apontar caminhos alternativos que conduzam à produção do conhecimento e aperfeiçoe as condições de vida da sociedade, reforçando a necessidade de ultrapassarmos os limites disciplinares na tentativa de diminuir as lacunas existentes entre a teoria, a prática e o contexto social mais amplo. Por isso, as pesquisas precisam se preocupar não apenas em se debruçar em temáticas da atualidade, mas também em buscar novas perspectivas, novas formas de construir conhecimento, que possam acolher a complexidade do mundo contemporâneo.

Assim, a [re]condução das discussões sobre a pesquisa no campo do empreendedorismo constitui um ponto de vista que emprega campos teóricos diversos para ressaltar a complexidade da dinâmica organizacional e estabelecer conexões entre temas compartimentados como, por exemplo, o empreendedorismo social, o público e suas interfaces com a governança. Ao mesmo tempo, espera-se que a prática da pesquisa se torne instrumento de transformação social e política ao introduzir um novo fôlego para aqueles que se interessam por compreender questões relativas ao mundo dos negócios por meio de tradições de investigação que dialogam com outras práticas sociais, econômicas e históricas.

Frente ao desafio posto em tela, buscamos inspiração nos estudos contidos neste fórum para revisar abordagens clássicas que tratam o empreendedorismo sob uma ótica estritamente econômica ou comportamentalista, com fim de responder o seguinte questionamento: Como o empreendedorismo representa um marco para o desenvolvimento na esfera solidária e na ação pública?

2 EMPREENDEDORISMO: [RE]DISCUTINDO CONCEITOS

A reestruturação produtiva provocada pela crise capitalista, além de instituir a especialização flexível com apoio das tecnologias de informação, contribui para o surgimento do fenômeno denominado “fim do emprego”, conseqüência do aprofundamento dos processos associados à globalização, downsizing e reengenharia, no final do século XX (RIFKIN, 2004). Desse modo, novas formas de tecnologia gerencial emergem como alternativas de empregabilidade. O empreendedorismo surge, nesse cenário, como mais um caminho a ser ofertado para a geração de empregos, contribuindo para a diminuição do índice de mortalidade das pequenas empresas e para o desenvolvimento local (PAIVA JR.; CORDEIRO, 2002; PAIVA JR.; CORRÊA; SOUZA, 2006).

Ao mesmo tempo em que o declínio do número de empregos contribui para o crescente interesse da iniciativa privada e dos órgãos públicos pela prática empreendedora como caminho alternativo para a geração de trabalho, emprego e renda, verifica-se o aumento de pesquisas e estudos acadêmicos sobre o empreendedorismo. No entanto, a busca por uma definição do termo se revela como um desafio acadêmico ainda não suplantado, cujas formas de expressão são múltiplas, ademais, as concepções genéricas e ambíguas resultam na polissemia do termo (PAIVA JR., 2004). Tais aspectos aclaram a dificuldade de encerrar numa definição genérica do conceito de empreendedorismo, além de deixarem à mostra a fragilidade de um discurso dominante (cf. PAIVA JR.; ALMEIDA; GUERRA, 2008; OGBOR, 2000).

Em termos conceituais, há pouca concordância sobre o que seria empreendedorismo. Julien (2010) ressalta que, mesmo nas concepções que se limitam ao empreendedorismo individual, podemos encontrar pelo menos quatro definições distintas para o termo: 1) as que se referem à criação de uma empresa nova inovadora; 2) as que se direcionam à criação de empresa a partir da reprodução ou imitação de outras organizações; 3) as que mencionam à retomada de uma empresa existente com a introdução de mudanças e, 4) as que visam ampliar o mercado de organizações estabelecidas por meio do intra-empreendedorismo.

A polissemia associada à palavra empreendedorismo também pode ser compreendida quando reconhecemos o fato das definições serem propostas por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, os quais se fundamentam nos paradigmas de seu campo disciplinar para construção de um conceito (PAIVA JR., 2004).

O que parece consensual entre os estudiosos do tema é o fato de o empreendedorismo não poder ser encerrado em uma definição universal, uma vez que isso não traduz a complexidade do fenômeno. A utilização do conceito multidimensional – que envolve o empreendedor, a empresa e o ambiente – justifica-se por representar uma concepção mais ampliada do assunto e por renunciar ao formato reducionista de compreensão do fenômeno apenas como prática de abertura de empresa ou de intervenção em seu exercício funcional somente durante a primeira etapa de seu ciclo de vida (DANJOU, 2002).

Com o debate protagonizador da temática constante nos meios de comunicação, o discurso dominante do empreendedorismo configura-se por um perfil reificado e atomizado, cujas ações são pautadas pela racionalidade instrumental. As concepções atomísticas sobre o empreendedorismo tendem a associar o fenômeno a projetos individuais “aventureiros” além de postular um profissional capaz de tomar decisões de forma racional com base em um conhecimento sistematizado e especializado (MEYER; ALLEN, 2000; ZACHARAKIS, 2004).

A ênfase nos padrões comportamentais do empreendedor implicitamente sugere que a saída do desemprego passa a ser de responsabilidade individual, cabendo às pessoas se adequarem ao mercado, aprimorando seus “talentos” e adquirindo competências para tornar-se empregado ou criar oportunidades de “empresariar a si mesmo”. Como conseqüência, a figura do homem de sucesso é vista como o arquétipo do empreendedor no discurso hegemônico, de tal forma que grupos minoritários, como as mulheres, os negros, os homossexuais e as comunidades de alta vulnerabilidade social, enfrentam um número maior de barreiras para desenvolver práticas produtivas e inovadoras de empreendimentos (OGBOR, 2000).

Estudos críticos na área de empreendedorismo visam denunciar o tratamento excessivamente racionalista e atomístico atribuído à temática e renunciar às grandes narrativas tomadas como naturais e que exercem certa legitimação na cultura ocidental contemporânea, marcada por exclusão e desigualdade socioeconômica. A visão excludente associada ao tema fragiliza sua potencialidade no sentido de contribuir para o desenvolvimento local e para a emancipação de grupos sociais periféricos. Nesse sentido, desataca-se a compreensão do empreendedor humanizado como aquele capaz de envolver seu empreendimento com o contexto, construindo significados e dimensionando uma realidade de cooperação e confiança com seus pares (PAIVA JR.; ALMEIDA; GUERRA, 2008).

Além disso, a complexidade da ação empreendedora não permite que o assunto seja abordado com profundidade quando se tem uma concepção fragmentada, determinista e a-histórica da ação humana, uma vez que nenhum ser humano age unicamente pela racionalidade instrumental nem vive dissociado do seu contexto cultural. Para Dodd (2007), conceber o empreendedor atomizado e isolado como um agente de mudança significa ignorar o meio que gera suporte, dirige, produz e acolhe o processo empreendedor. Esse ator encontra a esfera social, molda-se por ela e recorre a ela para mudar a estrutura de sua agência.

O olhar multidimensional do fenômeno empreendedor tem recebido certa atenção, não apenas devido às limitações e dificuldades metodológicas inerentes ao tratamento isolado das abordagens dos traços e da

orientação de comportamentos e de processos (VERSTRAETE, 2001; DANJOU, 2002), como também devido à tentativa de destacar as especificidades da prática empreendedora local e sua relação com contexto sócio-cultural (JULIEN, 2010).

Ao compreender que a fragmentação das disciplinas não consegue revelar a complexidade do empreendedorismo, alguns autores passaram a desenvolver abordagens diferentes da corrente hegemônica. Julien (2010) fundamenta-se na idéia de território para subverter o modelo dominante de empreendedorismo concebido para ser, em sua essência, indiferente ao meio (*milieu*) onde está inserido. A discussão acerca do território valoriza a diversidade dos indivíduos, dos ambientes socioeconômicos, das formas organizacionais e do tempo, contribuindo assim para desconstrução de abordagens teóricas universalizantes acerca do tema. Por sua vez, Danjou (2002) sugere três focos a serem analisados na tentativa de explicar a dinâmica empreendedora: a) o contexto, correspondente a condições ou efeitos da ação empreendedora, originando-se dos campos da economia, sociologia e antropologia; b) a do ator, sendo este o empreendedor, originando-se a partir da psicologia; e c) a da ação, como sendo o processo empreendedor, originando-se de estudos organizacionais.

Uma visão sistêmica é proposta por Verstraete (2001), quando argumenta que a análise do empreendedorismo exige a integração de três níveis: o empreendedorismo como fenômeno, o empreendedor como ator, e a organização impulsionada pelo ator empreendedor. Na inter-relação destes níveis, três dimensões indissociáveis e irredutíveis surgem como pilares conceituais para dar solidez ao modelo: a dimensão cognitiva, a dimensão praxiológica e a dimensão estrutural. As três dimensões estabelecem as condições para a materialização da visão empreendedora e para o posicionamento de sua estrutura no meio ambiente. Nessa perspectiva, o empreendedor é visto como um criador de organizações e o empreendedorismo como fruto da relação dialética empreendedor-organização, agente-estrutura.

Para se evitar separações rígidas entre domínios inter-relacionados e fugir de interpretações reducionistas sobre a prática empreendedora, acreditamos estar mais propensos à construção de uma teoria auto-reflexiva e inspiradora sobre a compreensão de diferentes formatos de empreendedorismo e sua relação com esferas de impacto eminente na contemporaneidade como o desenvolvimento.

3 EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO

A economia capitalista se mostra apta a patrocinar o incremento da produção, expandindo o consumo de massa e a expansão da capacidade de compra. A ideologia dominante do desenvolvimento dissemina a expectativa de que um modelo de alto consumo pode ser replicado universalmente, gerando sociedades afluentes em todas as partes do planeta. Concordamos com Acselrad e Leroy (1999) quando trazem à tona a idéia de que os modelos de desenvolvimento não constituem uma formulação “neutra”. A apropriação do mundo material para realização dos fins aceitos como socialmente desejáveis é movida por formas econômicas (competição, acumulação), sociais (como as que caracterizam as relações de trabalho e mecanismos redistributivos) e técnicas (modos de artificialização utilitária do mundo). Contudo, essa noção pressupõe um destaque à dimensão política como instância na qual se manifestam as vontades relativas aos projetos de sociedade. Ao lado da política, o

esforço empreendedor auxilia na explicação das disparidades regionais observadas no mundo, conforme assinala Julien (2010).

Dessa forma, o entendimento sobre desenvolvimento pode ser definido com relação ao progresso econômico e social por meio da mudança do estado de subdesenvolvimento (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Nesse sentido, as disfunções dos aspectos sociais são sustentadas pelas mazelas do capitalismo, fato que contribui para a permanência de um quadro de desigualdade social (SACHS, 2004).

A corrente contra-hegemônica dos estudos sobre desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico encontra no pensamento de Schumacher (1979) pautada no entendimento de que o desenvolvimento começa com pessoas e por meio de mecanismos de emancipação social como educação e organização. As pessoas protagonistas do desenvolvimento constituem fonte primária da geração de riqueza.

O panorama de disparidades ressalta a necessidade de compreendermos o multiculturalismo a considerar o (re)surgimento de movimentos autóctones e endógenos orientados para a mudança social (BUARQUE, 2006). Nessa arena de tensões, o empreendedorismo emerge como esforço indutor do desenvolvimento por meio da construção de redes sociais e seus mecanismos de governança que integram ações nos âmbitos público e privado.

Uma questão tratada por Tenório (2007) como sendo um fato que direcionou a atenção para o desenvolvimento local é a abordagem do “reducionismo econômico do desenvolvimento”. Essa visão aponta suas políticas geralmente na busca de estratégias direcionadas ao crescimento. Nessa perspectiva, existem correntes que defendem que os mecanismos de mercado reduzem por si mesmo as disparidades inter-regionais; sendo que outras definem que os mecanismos de mercado são naturalmente concentradores. A partir da oposição da idéia de que o mercado tende a resolver as desigualdades regionais, surge à noção de desenvolvimento local que defende a intervenção estatal como meio para corrigir tais desacordos. Com a análise do direcionamento das políticas econômicas regionais que têm como pressuposto o desenvolvimento local, o autor aponta que estas estão voltadas para a concessão de incentivo fiscais, infra-estrutura e controle a concorrência, sendo direcionadas meramente à dimensão econômica.

Aqui desejamos introduzir a noção de desenvolvimento local sustentável, justamente para contemplar a pluralidade e diversidade de projetos coletivos. Autores como Cragnolino (2000) o consideram como um processo de desenvolvimento centrado num território concreto em que os protagonistas são uma pluralidade de atores que ocupam determinadas posições no espaço social e que estabelecem relações em função de metas e projetos comuns. Prévost (1993) o define como o processo histórico pelo qual uma comunidade local faz e refaz, harmoniosamente, numa interrelação com seu ambiente regional, nacional e internacional, suas estruturas de forma a obter os níveis apropriados, econômicos ou não, necessários para influenciar ou mesmo elaborar seu próprio futuro econômico e crescimento de seu bem-estar.

Sen (1999) acrescenta que o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdade política, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. Os

fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. As pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas na conformação de seu próprio destino, e não como beneficiárias passivas dos frutos dos programas de desenvolvimento.

Dentre os distintos caminhos que podemos trilhar, pode-se buscar construir a cidadania para o desenvolvimento, ao mobilizarmos as consciências para um ataque à exclusão social, subordinando o projeto econômico às distintas lógicas dos sujeitos sociais (ACSELRAD, 1997), numa sociedade multicultural. É aqui o espectro onde pensamos (e propomos) um desenvolvimento local sustentável, a partir do qual a pluralidade de atores coletivos locais podem elaborar seus projetos de (re)produção, de desenvolvimento no tempo e no espaço, segundo uma perspectiva sustentável.

Na contemporaneidade, o sistema capitalista procura adequar as estruturas da economia de mercado em função dos novos formatos organizacionais que emergem ancorados em relações sociais que indicam uma perspectiva para o estudo sobre desenvolvimento. Nesse contexto, a ênfase dos estudos sobre a interface entre empreendedorismo e desenvolvimento recai sobre os aspectos relacionais, ou seja, o capital social que se forma e se desenvolve em meio à ação em redes como nos arranjos produtivos locais e nas associações de PME. Esse novo cenário relacional pode ser indício de que “o que nossa época precisa é a reafirmação, pelas suas próprias necessidades, dos valores essenciais da vida humana” (POLANYI, 2000, p. 11), valores como confiança, cooperação, colaboração e comunhão, que permitem ao homem se organizar e construir o desenvolvimento local.

4 APRESENTAÇÃO DO FÓRUM

O presente Fórum reúne artigos apresentados no VI EGEPE – Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas que foram selecionados para essa publicação por meio do processo de *blind review* (avaliação cega), tendo como tema dessa edição a relação entre “Inovação, Cultura e Desenvolvimento”. Os artigos refletem a relevância do fenômeno empreendedor para o desenvolvimento de empreendimentos inovadores no contexto nacional e constituem um espaço de debate para as ações direcionadas ao fomento de pesquisas e estudos relacionados à temática do Empreendedorismo.

Foram recebidos 10 artigos oriundos dos Anais do VI EGEPE. Para etapa de avaliação, contamos com a participação de 22 avaliadores *ad hoc* integrantes de programas de pós-graduação de diversos estados do Brasil. Os artigos selecionados estão agrupados em torno de dois eixos temáticos que emergiram durante o processo de editoração, quais sejam: 1) *Empreendedorismo na perspectiva social e da governança*; e 2) *Empreendedorismo público e ações estatais*. Esses dois grupos agrupam investigações que reforçam o objetivo do fórum em compreender como o empreendedorismo pode representar um marco para o desenvolvimento na esfera solidária e na ação pública.

No eixo *Empreendedorismo na perspectiva social e da governança*, o estudo de Marcio Pascoal Cassandre, Valdir Anhucci, José Stefferson Pessoa Lellis, Juscilene Chved e Emília Vella Falleiros Neta, intitulado “Empreendimentos de Economia Solidária do Setor Têxtil, Vestuário e Calçados na Região do Vale do Ivaí: limites e possibilidades”, aborda questões relativas ao desenvolvimento de uma nova lógica de produção

em empreendimentos constituídos com base nos preceitos da Economia Solidária, resultando no fortalecimento de práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Em relação à questão da governança, Daniel Jardim Pardini e Paulo Sérgio Martins Alves apresentam o artigo “Governança Gestora: Uma Nova Conceção na Gestão de Redes de Pequenas e Médias Empresas”. Os autores asseveram que os estudos que tratam da governança e gestão de redes de PMEs ainda não têm destaque no campo do Empreendedorismo, mesmo que esse formato cooperativo tenha se propagado como uma estratégia de sobrevivência e competição para as organizações.

Por sua vez, o eixo *Empreendedorismo público e ações estatais* apresenta o estudo “Ações Estatais Assistencialistas e Empreendedorismo Social Sustentável no Brasil: Um Estudo Exploratório” de autoria de Vânia Maria Jorge Nassif, Rodrigo Augusto Prando e Hélio Morrone Cosentino, onde os autores indicam que as Ações Estatais Assistencialistas (AEA) e o Empreendedorismo Social Sustentável (ESS) estão relacionados com ações corretivas e preventivas na busca de resoluções dos problemas de exclusão social. Além disso, o artigo destaca uma complementaridade entre as AEA e o ESS, evidenciando que a união dessas ações pode propiciar uma redução mais expressiva dos níveis de exclusão social.

O estudo de Jefferson Lindbergh de Sousa, Fernando Gomes de Paiva Júnior e Zarah Barbosa Lira discorre sobre o desenvolvimento do conceito da ação empreendedora no setor público. Intitulado “A Abordagem Multidimensional do Empreendedorismo no Setor Público: O Caso da Ação Empreendedora da Fundação Joaquim Nabuco”, os autores revelam que a aplicabilidade do empreendedorismo no setor público por meio de uma abordagem multidimensional vislumbra uma ação empreendedora coletiva e interacional geradora de valor público capaz de ampliar benefícios socioculturais aos cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Campos disciplinares como a Sociologia, a Psicologia e a Economia têm contribuído com estudos voltados para a descoberta de novos caminhos epistemo-metodológicos no âmbito da pesquisa em Empreendedorismo, por meio da utilização de diferentes tradições teóricas na construção do pensamento na área. Isso parece se manifestar ainda de forma desagregada e compartimentada.

As primeiras fases de estudos sobre o fenômeno empreendedor compreendem uma orientação econômica e comportamentalista, ao imprimir a naturalização da postura utilitarista e individualista do empreendedor. Portanto, as abordagens pioneiras de pesquisa favoreceram o estereótipo do empreendedor-herói, reproduzindo as características pessoais que colaboram para uma prática inovativa, ao mesmo tempo em que negligenciavam a natureza relacional dos indivíduos e a possibilidade de adoção de conceitos mais amplos no campo. Em vista disso, seu entendimento sob o marco de uma lente unidimensional e funcionalista poderia não contemplar a complexidade do fenômeno.

A necessidade de se reconstruir o pensamento em empreendedorismo se impõe devido às profundas transformações por que passa a sociedade contemporânea. Nesse escopo, o desenvolvimento da pesquisa no campo carece do incentivo a reflexões teóricas que partilhem do interesse de se investigar os aspectos relativos

às ideologias, ao poder subjacentes à ação empreendedora e à esfera da sociedade civil e da ação pública. Desta forma, existe a possibilidade de se extrapolar concepções clássicas de empreendedorismo pautadas por um olhar funcionalista ou reducionista ação empreendedora e de suas relações com as organizações e a sociedade.

Sob o prisma de um olhar crítico buscando o caráter complexo do assunto, a pesquisa do empreendedorismo se contrapõe às perspectivas prevalentes, bem como sua interação com as esferas que compõem a sociedade, evidenciando a necessidade de uma concepção multidisciplinar do fenômeno que considere, sobretudo, seu contexto sócio-histórico.

A abordagem contra-hegemônica do empreendedorismo exige um esforço de desnaturalização daquilo que é apresentado como prática social de desenvolvimento econômico. Assim, o empreendedor deixa de ser compreendido a partir de práticas atomizadas para ser visto como ator dotado de força política no complexo processo de produção e resignificação de práticas sustentáveis.

A complexidade da dinâmica organizacional demanda novas interações entre temas interdisciplinares que contemplem tópicos como o empreendedorismo social, o público e governança. O processo emancipatório decorrente de um novo olhar sobre o fenômeno empreendedor pode ser manifestado sobre diversas vertentes de atuação, respeitando as condições do seu *locus*. No bojo dessa revisita temática, a dimensão humana do empreendedor resurge como imperativo para a dinamização do desenvolvimento social, em decorrência desse ator conseguir acessar novos códigos que viabilizam o agir integrador das esferas pública e privada e a construção de uma cidadania mais colaborativa.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e Democracia. **Revista Proposta**. n 71, 1997. p.11-16.
- ACSELRAD, H.; LEROY, J. P. Novas premissas da sustentabilidade democrática. **Cadernos de Debate do Projeto Brasil Sustentável e Democrático**, Rio de Janeiro, Fase, 1999.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CRAGNOLINO, E. “Un proyecto de desarrollo local rural en argentina: el enfoque y los desafíos”. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 38, 2000, Rio de Janeiro. (CD- ROM)
- DANJOU, I. L' entrepreneuriat: un champ fertile à la recherche de son unité. **Revue Française de Gestion**, v. 28, n. 138, p.109-125, 2002.
- DODD, S. D. Mumpsimus and the mything of the individualistic entrepreneur. **International Small Business Journal**, v. 25, n. 4, p. 341-360, 2007.
- JULIEN, P-A. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MEYER, E. C.; ALLEN, K. R. **Entrepreneurship and small business management**. 2. ed. New York: Glencoe MacGraw-Hill, 2000.

OGBOR, J. Mythcizing and Reification in Entrepreneurial discourse: Ideology-critique of entrepreneurial studies. **Journal of Management Studies**, v. 37, n. 5, p. 605-635, Jul. 2000.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PAIVA JR., F. G.; CORDEIRO, A. T. Empreendedorismo e o espírito empreendedor: uma análise da evolução dos estudos na produção acadêmica brasileira. In: ENANPAD, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002. 480 p.

PAIVA JR., F. G. **O empreendedorismo na ação de empreender**: uma análise sob o enfoque da fenomenologia sociológica de Alfred Schütz. 2004. Tese (Doutorado)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PAIVA JR., F. G.; CORRÊA, M. I. S.; SOUZA, A. C. R. A identidade cultural e a articulação de caráter empreendedor na busca por um desenvolvimento local. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. 667 p.

PAIVA JR, F. G.; ALMEIDA, S. L.; GUERRA, J. R. F. O Empreendedor Humanizado como uma Alternativa ao Empresário Bem-Sucedido: Um Novo Conceito em Empreendedorismo, Inspirado no Filme Beleza Americana. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 8, Edição Especial.

PRÉVOST, P. **Entrepreneurship et développement local**: Quand la population se prend en main. Montreal: Les éditions Transcontinentales inc., 1993.

POLANYI, K. **A Grande Transformação** – As origens da nossa época. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIFKIN, J. **O Fim do Emprego**: o contínuo crescimento do desemprego no mundo. São Paulo: Makron Books, 2004.

SACHS, I. Experiências Internacionais de um Cientista Inquieto. Entrevista com Ignacy Sachs. **Estudos Avançados**, v.18, n. 52, São Paulo, dec. 2004.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: Unijuí, 2007.

VERSTRAETE, T. Entrepreneuriat: modélisation du phénomène. **Revue de l'Entrepreneuriat**, V. 1, n. 1, 2001.

ZACHARAKIS, A. Writing business plan. In: BYGRAVE, W. D.; ZACHARAKIS, A. (Ed.) **The portable MBA in entrepreneurship**. 3. ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2004.